

Diário do Legislativo de 15/03/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder:

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Márcio Kangussu

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder:

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado J3esus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3e PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PcdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cec3lia PT/PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corr3ea

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ant3nio J3ulio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PcdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PcdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdo
Rocha B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado PP
Alberto
Coelho Pinto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPS

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPS
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPS

Deputado André Quintão PT/PCdB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdB Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPS Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPS
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Márcio PPS
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdB
Gomes

Deputado Alencar da BPS
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PcdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PcdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PT/PcdoB
Tereza Lara

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Ricardo PT/PCdo B
Duarte

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado BPSP
Domingos Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PcdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Jayro PFL
Lessa

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo
Moreira

Deputado BPSP
Sargento
Rodrigues

Deputado PT/PcdoB
Weliton Prado

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar da Silveira Jr. BPSB Presidente

Deputada Costa Elisa PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BPSB

Deputada Moraes Jô PT/PCdoB

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSB

Deputado Quintão André PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSB

Deputado Gomes Carlos PT/PCdoB

Deputado Paulo César BPSB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Moreira Célio BPSB

Deputado Nogueira Ivair PMDB Vice-Presidente

Deputado Godinho Olinto BPSB

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Fabiano Dimas PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinheiro Dinis BPSB

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Carlos PT/PCdoB Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 1ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Sociedade Mineira de Engenheiros Pelo Transcurso de Seus 75 Anos de Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 13/3/2006

Presidência do Deputado Rêmolô Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Palavras do Sr. Márcio Damazio Trindade - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Rêmolô Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Antônio Carlos Arantes - Doutor Viana - José Henrique - Paulo Piau - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolô Aloise) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Márcio Damazio Trindade, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Luiz Fernandes de Souza, sócio-fundador e benemérito da Sociedade Mineira de Engenheiros; Vereador Tarcísio Caixeta, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Presidente, Vereador Silvinho Rezende; Rogério Colombini, Secretário Municipal de Política de Abastecimento de Belo Horizonte; Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente do Crea-MG; Deputado Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente da Casa e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e os Deputados Antônio Andrade, Doutor Viana, José Henrique, Paulo Piau e Antônio Carlos Arantes.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Eduardo Berners, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Hélio Magalhães, Presidente do Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos, Máquinas e Ferramentas de Minas Gerais e da Federação de Serviços do Estado de Minas Gerais; José da Costa Carvalho Neto, ex-Presidente da entidade homenageada; Helso Avelar, Presidente do Ibpap; Lázaro Luiz Gonzaga, Vice-Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais; Getúlio Gontijo Amorim, representando o Sr. Humberto Candeias Cavalcante, Diretor-Geral do IEF; Luiz Augusto de Barros, Presidente do Sicepot-MG; Arthur Lopes Filho, Presidente da Federaminas.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Sociedade Mineira de Engenheiros pelo transcurso de seus 75 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo saxofonista Job Lopes da Silva.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-noite a todas e a todos. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar nosso colega Deputado Rêmolô Aloise, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, que representa, nesta solenidade, o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres. Queria cumprimentar, com muita satisfação, o

Dr. Márcio Damazio Trindade, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros. Queria cumprimentar todos os sócios da nossa querida Sociedade Mineira de Engenheiros por intermédio do nosso querido Luiz Fernandes de Souza, que é sócio-fundador e benemérito da Sociedade Mineira de Engenheiros; o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Tarcísio Caixeta, representando o Exmo. Sr. Presidente, Vereador Silvinho Resende; o Sr. Secretário Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte, Dr. Rogério Colombini; o Sr. Presidente do Crea-MG, Dr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho; os nossos Deputados engenheiros, aqui representados pelos Deputados Antônio Andrade e Paulo Piau; e também gostaria de agradecer aos Deputados Doutor Viana e José Henrique, que nos brindam com sua presença.

Minhas senhoras e meus senhores, caros convidados, senhores da imprensa, caros telespectadores da TV Assembléia, é com grande honra e satisfação que participo desta homenagem. De fato, os 75 anos de criação da Sociedade Mineira de Engenheiros representam um marco na história do Estado e do País, sendo para nós, filiados, e para o povo mineiro motivo de orgulho pela magnitude institucional dessa grande entidade de classe. Em razão disso, esta é uma celebração que homenageia os frutos benfazejos do trabalho caracterizado pela dedicação, competência e coragem de grandes representantes das categorias que a instituição congrega.

Por isso mesmo, podemos ratificar, a cada dia e com toda segurança que, desde o alvorecer dos anos 30, como resultado da contribuição de seus dirigentes e filiados, a SME tem atuado de forma decisiva em favor da valorização da engenharia e dos seus profissionais, proporcionando, em consequência desse esforço, a melhoria das condições de bem-estar e desenvolvimento da nossa comunidade.

Como Deputado Estadual e como engenheiro, foi com grande entusiasmo que apresentei o requerimento que deu origem a esta cerimônia; quero agradecer, de público, a todos os colegas engenheiros que me apoiaram nessa iniciativa. Tivemos aqui o apoio e a assinatura de quase toda a totalidade de Deputados. Só não assinaram o presente requerimento aqueles Deputados que, por um motivo ou outro, não se encontravam na Casa. Então, é com grande satisfação que registro o prestígio que a SME possui junto aos ilustres Deputados.

Todos sabem da relevância do trabalho da SME, que, além de representar os interesses da classe e investir na qualificação de engenheiros, arquitetos e agrônomos, exerce com zelo as suas atividades, atenta às suas metas e objetivos.

Gostaria também de registrar que, para mim, a SME muito contribuiu como agente promotor do meu crescimento profissional e pessoal. Com muito orgulho, relembro que, em 1983, quando completava 10 anos de formado, fui indicado membro da Comissão Permanente da Construção Civil da Sociedade Mineira de Engenheiros. Posteriormente, na gestão do então Presidente da Diretoria Executiva, hoje Presidente do Conselho Deliberativo e meu particular amigo, Engenheiro José da Costa Carvalho Neto, aqui presente, tive o privilégio e a honra de ser um de seus Vice-Presidentes, fato que me envia e me torna agradecido pela oportunidade de prestar a minha colaboração a esta grande entidade.

Cabe ressaltar, para entendimento do processo histórico que forjou o seu crescimento, a constante adequação da entidade às transformações políticas, econômicas e sociais por que tem passado a sociedade, a sua interação e participação nos diversos estágios da evolução social. Daí a constatação de que a instituição realmente se mostra capaz de uma permanente superação das suas metas, investindo não somente nos interesses de seus filiados, mas também no exercício de novos papéis, funções e responsabilidades. É sempre válido lembrar que a SME se tornou um fórum de discussões e debates dos temas de maior relevância para Minas Gerais e para o País. É justo dizer que a SME é um autêntico agente de formação da cultura do nosso Estado e participe natural na discussão dos grandes temas de interesse nacional junto aos representantes dos poderes municipal, estadual e federal.

Aqui mesmo na Assembléia Legislativa, a participação da SME tem sido permanente em todos os seminários, encontros, reuniões, comissões temáticas, debates e diversos fóruns realizados pela Casa, na busca de soluções para os problemas da sociedade mineira.

No processo de aperfeiçoamento de suas diversas instâncias de trabalho, contribuindo de forma contínua para a melhoria e elevação de sua capacidade técnica, há de se destacar também a importância das atividades das comissões técnicas da SME, dez no total. Nessas comissões, são tratadas as matérias relativas a construção civil e estruturas, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento urbano e arquitetura, energia, ensino de engenharia, meio ambiente, saneamento e florestas, mineração e metalurgia, engenharia de segurança e seguros, telecomunicações e transportes. Na sequência de suas ações institucionais, a SME está sempre atenta à crescente capacitação profissional de seus filiados e ao reconhecimento, por meio de premiação, àqueles que se destacam em suas atividades.

Assim é que, como exemplo, pode-se citar a promoção dos congressos, cursos e seminários, como "Gestão de Projetos", "Seminário de Eficiência Energética", "II Seminário Nacional da Construção em Estruturas Metálicas", "Curso Alvenaria Estrutural", "Congresso Internacional da Construção Metálica", Projeto Cine Eletrobrás, além da realização do já tradicional Projeto SME 12 e 30, da edição do Prêmio SME de Ciência e Tecnologia, da Medalha Engenheiro do Ano, da Medalha Amaro Lanari Júnior e da Medalha Lucas Lopes.

Em janeiro, a SME promoveu o evento "O Ano de 2006, Perspectivas Futuras e Cenários para os Setores Estruturantes da Economia Brasileira", evento que teve como objetivo a discussão sobre os rumos da economia em nosso país, reunindo as maiores autoridades dos diversos segmentos do setor.

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, gostaria de ressaltar o trabalho que, há 25 anos, a SME vem realizando ininterruptamente, por meio de sua diretoria cultural. A exemplo dos anos anteriores, sempre sob a coordenação de Heloísa Paiva de Oliveira Costa, realiza-se, no mês corrente, o Curso de Atualização Cultural para a Mulher, com diversificada programação de arte e cultura. É mais um dos diversos aspectos da expressiva contribuição da SME para o conhecimento, promoção cultural e humana da coletividade, representada, neste caso, pelas mulheres em seu progressivo processo de participação social.

Por todas essas realizações, em razão dessa vitoriosa trajetória que, desde a sua fundação, em 1931, tem consagrado a SME como uma das mais importantes entidades de classe e, ao mesmo tempo, como agente de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais, é justa esta homenagem.

É gratificante constatar a relevância do papel dessa nossa querida SME no desenvolvimento de estudos, no debate, na participação democrática e cidadã nos assuntos de interesse social, na questão urbana envolvendo questões cruciais da atualidade como saneamento, moradia, transportes, energia, habitação e outros, demonstrando o caráter essencial de função e de sua existência institucional.

Aos membros das diretorias que precederam os atuais dirigentes da SME, os nossos parabéns pela história de glória, honra e mérito que fizeram por onde construir. Ao atual Presidente, nosso querido amigo Dr. Márcio Damazio Trindade, transmitimos as nossas congratulações, extensivas aos demais integrantes da diretoria executiva; ao conselho deliberativo, presidido pelo nosso querido José da Costa Carvalho Neto, e ao conselho fiscal, na pessoa do seu Presidente, Aílton Ricaldoni Lobo.

Aos engenheiros, arquitetos, agrônomos e instituições de suas profissões a certeza de contar com uma entidade representativa que se constitui, por mérito, num verdadeiro patrimônio de Minas e do Brasil. Parabéns, Sociedade Mineira de Engenheiros. Muito obrigado.

Exmos. Srs. Deputado Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Luiz Fernandes de Souza, sócio-fundador e benemérito da Sociedade Mineira de Engenheiros, que aqui recebemos com grande alegria, pois poucas instituições podem mostrar, aos seus 75 anos, o exemplo vivo da sua fundação; Vereador Tarcísio Caixeta, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Exmo. Sr. Presidente, Vereador Silvinho Resende; Rogério Colombini, Secretário Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte; Eng. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente do Crea-MG, recém-empossado, a quem desejamos uma brilhante administração; Deputados Antônio Andrade, Doutor Viana, José Henrique, Paulo Piau e Antônio Carlos Arantes; Deputado Fábio Avelar, engenheiro, amigo, que agora sempre vejo, quando vou a Confins, nos "outdoors" ao longo da linha verde.

A homenagem que hoje aqui se presta traz-nos um misto de alegria e responsabilidade. Assim, senhoras e senhores, começo esta cerimônia agradecendo a presença de todos, aos Deputados que nos honraram esta noite com sua presença e que nos deram a oportunidade de aqui representar a Sociedade Mineira de Engenheiros.

É comum a satisfação quando, a etapas anuais, recebemos as congratulações amigas, partidas dos sentimentos de amizade, de bom convívio e até mesmo pelo encontro de aniversariante e eventual interlocutor.

Esta homenagem pelos 75 anos da SME, que aqui comemoramos, e sua conseqüente alegria levam-nos a reparti-la de imediato com toda a classe da Engenharia por meio de representantes aqui presentes.

Referimo-nos em primeiro lugar, ao Eng. Luiz Fernandes de Sousa, a quem enaltecemos a presença, nosso sócio número 8, participe ilustre da fundação da Sociedade, vindo dos bancos escolares da notável Escola de Minas de Ouro Preto, colega e contemporâneo de meu pai e, por intermédio dele, compartilhamos este momento com toda a engenharia mineira.

Da mesma forma, com a presença aqui do atual diretor da Escola de Minas, Prof. Geraldo, por intermédio do qual saúdo todas as escolas de engenharia do Brasil, fontes de formação de elites privilegiadas a enriquecer a estrutura nacional voltada ao nosso desenvolvimento técnico-científico e particularmente àquelas situadas em solo mineiro.

Assim o faço, porque a Escola de Minas nos deu o nosso primeiro Presidente, Eng. Joaquim Furtado de Menezes, formado em 1900 e autor da proposta em assembléia do nome Sociedade Mineira de Engenheiros, formulada pelo Eng. Álvaro Mendonça, ali formado em 1915.

Muito próprio de quando se chega a mais um marco na existência, a pausa natural para se avaliar o passado, contar mais os feitos e realizações, porquanto dos insucessos, se existentes, não se pode gabar, antes porém torná-los como exemplo para correções futuras, já que, como dizia sacerdote amigo meu, há que cuidar bem dos passos, visto que da vida não se faz rascunho.

Por outro lado, se das realizações se pode ouvir o testemunho, em homenagem como esta, vindo de onde parte, só se associa ao júbilo o forte sentimento de responsabilidade pelo que deva ainda ser concluído.

Esta Casa, desde seus primórdios, vem sendo um exemplo de trabalho, ponderação e ética, não fora uma Casa mineira com a qual contamos na defesa do diálogo, da transparência e da conduta moral que alicerçam a verdadeira democracia.

Assim, receber sua manifestação pelos intensos 75 anos é, mais que um cumprimento, sentir nos ombros o compromisso das mesmas ações que a norteiam na formação de nossa estrutura social e política e das leis que nos regem.

É com grande emoção que agradecemos ao Sr. Presidente da Assembléia, ao Deputado que encaminhou o projeto e aos Deputados que votaram para a realização desta noite, o nosso mais profundo agradecimento.

Portanto, importa agora, nesta palavra de agradecimento, deixar de evocar o passado, mas compromissar-nos com o futuro, por meio da visão do presente, pelo peso dessa responsabilidade que nos é dada esta noite pela Assembléia dos representantes legítimos do nosso povo.

Três títulos de livros nos transmitem ou me transmitiram, pela sua lembrança e conteúdo, bases para os compromissos que agora aqui fazemos. O primeiro deles se deve a renomados psicólogos norte-americanos, ao definir em suas páginas: "Qualquer que seja o nome ou o valor que lhe atribuíam, o ser humano subjetivo é, antes de tudo e mais profundamente, uma pessoa humana". Simplesmente ostentam sua obra com o título - "De Pessoa para Pessoa" -, e bastou-me tal título para abrir-me quanto à verdadeira dimensão de minhas ações, nas quais, creio, também se orientam seja a SME, seja esta Casa. O homem, antes de mais nada, deve ser o objetivo final de todas as nossas realizações.

Assim, formulo um primeiro compromisso, enquanto se espera do engenheiro, talvez, uma linguagem cartesiana, uma palavra que associe coração e razão.

No silêncio de seus cálculos, na tranqüilidade de suas pesquisas, no agitar de suas obras, enfim, nas diversas facetas que permeiam o seu dia-a-dia, o engenheiro deve ter a consciência exata de que tudo se orienta para a felicidade humana e sua plena conformação com o ambiente que o cerca.

De pessoa a pessoa, há que se despirem os egoísmos, as artimanhas e considerar o próximo tal como decantado no primeiro mandamento, buscando, no diálogo e na útil conversa, a formação da felicidade comunitária.

Assim, no contato diário com o outro, nas suas mais diversas atuações, o homem ribeirinho do São Francisco, o homem sofrido das caatingas, o homem calejado das tarefas do campo, o homem ativo das indústrias, o homem incansável das construções, o homem aturdido das grandes cidades, o homem laborioso dos escritórios, enfim, o homem, ser humano, em todos os instantes e locais, deve estar permanentemente no foco a que se destinam as aplicações de todas as ciências e artes e principalmente à engenharia, em todos os seus segmentos, compete a busca de criar as facilidades que o levem a cumprir com tranqüilidade e conforto o seu destino.

O segundo título vem de Tiago de Melo, extraído de poesia sua, em que me marcou fortemente a manifestação: "Faz escuro, mas eu canto que o amanhã vai chegar".

Temos assistido ao longo da vida, continuamos a assisti-lo, no dia-a-dia, o triste espetáculo do obscurantismo sob todas as formas. Não bastasse o cerceamento temporário de liberdades, pior, muito pior, o crescente empobrecimento cultural e científico de uma pátria, em que o ensino vai deixando seu papel no nosso crescimento, as escolas se deterioram e, com ela, a atualização dos professores, sempre mal pagos, as universidades em luta constante em busca de um máximo de sobrevivência e, coberto de silêncio, o lançamento anual de turmas de profissionais despreparados para o choque inicial da vida privada.

As nações com melhor consciência se atiraram à renovação de suas escolas, de seus institutos de pesquisa e, aos poucos, vão-nos deixando uma humilhante posição de retaguarda, incapaz de um gesto de reação positiva e firme, cuja falta cada vez mais ensejará o declínio de nossa riqueza frente às demais comunidades.

Mais que nunca, importante a atuação da Sociedade Mineira de Engenheiros e entidades congêneres a buscar a modificação desse quadro em que as notícias mantenedoras dos jornais e vespertinos das televisões nos cobrem de cenas de vandalismo, violência, corrupção e crime, elementos apocalípticos que só o destemor, a união e a audácia dos cidadãos poderão fazer frente decidida para destruir.

Assim, a SME torna-se um púlpito necessário e confiável, onde a classe que abriga pode e deve manifestar-se permanentemente através de todos os canais e processos possíveis, visando aliar a técnica aos demais agrupamentos ou órgãos de representação que caminham no mesmo sentido. E, assim agindo, haveremos de antever a claridade da vitória.

Finalmente, o terceiro título desse tripé, que me anima, busquei-o em memória à minha querida irmã, Maria Zélia, desaparecida no esplendor dos seus 40 anos, educadora autêntica e poetisa de escol, cujo último livro ostenta a frase de um de seus poemas: "Tempo, tão pouco tempo; amor, tão grande amor".

Veja, Sr. Presidente, quantos anos se passaram para a entidade. Foram, no entanto, curtos a se considerar o tempo que ainda a espera. Mas quantas gerações, nesse tempo assim curto, compuseram esta etapa, numa clara demonstração de que pouco nos é dado para agir, pouco nos é dado a criar. Porém, a compensar esse pouco, a necessidade de agir e criar, só o conseguiremos com amor, com um grande afeto àquilo que fazemos.

Nós, profissionais de engenharia, a abraçamos com a consciência viva do imenso plano à sua frente para abrigar realizações e avanços no escalar do desenvolvimento que de nós se espera. Com a consciência também de que somos apenas degraus da imensa escada que nos traz o progresso parcial na nossa curta interação neste ascender, sabemos que colocando nessa tarefa toda uma alma estaremos cumprindo a missão a que nos destinamos.

Assim, Sr. Presidente, com o discernimento da grandeza do ser humano, despojada da busca do bem próprio em benefício do bem comum, mas sabendo justa sua consequência por esse desprendimento, a classe de engenharia se volta, na ação de pessoa a pessoa, à busca de todos os órgãos que visam igual bem-estar. Dessa forma, nossa aproximação às comissões internas desta Casa torna-se uma proposta a que nos entreguemos, cada um na sua competência, a solidificar os anseios da sofrida população brasileira.

Sr. Presidente, na certeza de que, dessa união de esforços, poderemos e iremos modificar o horrível quadro que hoje sombreia nossa luta diária e nos ameaça a cada jornal lido, a cada noticiário ouvido que nos chega, quando não nos agredindo pessoalmente e intranquilizando nossas famílias e o destino de nossos filhos, é que poderemos, repito, realizando esta luta, cantar o futuro que se descortina, repetindo com o poeta: faz escuro e nós trabalhamos e cantamos porque nosso amanhã há de vir.

E, dessa forma, coesos na consciência do outro, na confiança do resultado de nossas ações, não nos falte o sentimento do quanto a se fazer e da nossa limitação humana em participar integralmente do espetáculo das conquistas que vêm vindo séculos afora. Esse espetáculo jamais se interromperá se, apesar do tempo tão pouco tempo, não hesitarmos e se impulsionarmos o dia-a-dia de nossa atividade com a força de nosso amor e dedicação. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento, o Deputado Rêmoló Aloise, representando o Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Eng^o. Márcio Damazio Trindade, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Desde que foi criada, a Sociedade Mineira de Engenheiros - SME - tem-se destacado pela defesa dos interesses dessa importante classe profissional e pelo investimento na qualificação dos engenheiros que atuam no Estado, visando a sua inserção no mercado de trabalho. A homenagem da Assembléia Legislativa mineira à SME por seus 75 anos de contribuição com o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais e do País".

O Sr. Presidente - O Presidente solicita ao nobre Deputado Fábio Avelar que se faça presente na entrega dessa placa.

- Procede-se à entrega de placa.

Palavras do Sr. Presidente

Dr. Márcio Damazio Trindade, Presidente da SME; Dr. Luiz Fernandes de Souza, sócio-fundador e benemérito da SME; Vereador Tarcísio Caixeta, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Presidente, Vereador Silvinho Rezende; Rogério Colombini, Secretário Municipal de Política de Abastecimento de Belo Horizonte; Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente do Crea; Deputados Antônio Andrade, Antônio Carlos Arantes, Doutor Viana, José Henrique e Paulo Piau; Deputado Fábio Avelar; minhas senhoras; meus senhores, peço aos meus colegas permissão para quebrar o protocolo de ler o que foi colocado em minhas mãos. O homem em suas funções, principalmente o que detém mandato parlamentar, pode fazer vários tipos de pronunciamento. Pode fazer um pronunciamento político, que vem do parlamento, composto pelos representantes do povo, por meio de suas palavras e ações; pode fazer um pronunciamento técnico ou um pronunciamento como o que ouvimos do Presidente do Crea daquela tribuna, onde temos o direito maior de representar este Estado. Falar com sentimento, falar de dentro para fora. Apresentou posições que deixaram muito clara a sua representação como Presidente dessa entidade. Seguirei o seu raciocínio: claro, tranquilo e, acima de tudo, lógico.

Imaginem só um País com débito de um trilhão com a Previdência Social; um País que está com débito de mais de um trilhão de dívida interna; um País que está com a maior inflação do mundo; um País que está tentando revolucionar os próximos 20 anos para entrar no mercado competitivo. E nós, o que esperamos de tudo isso? Paz, amor? Não, esperamos a esperança, como o Presidente disse.

Caro Fábio Avelar, meu colega em seu terceiro mandato - estou indo para o quarto -, V. Exa. tem-se dedicado e deseja demonstrar o que o povo lhe deu de representação. Nesta noite, querido Fabinho - que assim me permite chamá-lo -, V. Exa. brilhou uma vez mais. V. Exa. é um Deputado que tem o brilho da maior constelação do universo. Como candidato a 3º-Vice-Presidente desta Casa, obteve 73 votos.

Tenho uma inveja tremenda de você. Fui o segundo, com 69. O Paulo, o José Henrique e o Viana sabem disso.

Deputado Fábio Avelar, você é uma pessoa muito querida. Nesta noite, demonstra o quanto consegue unir as pessoas e transmitir-lhes a sua vontade. Em 1973, recebeu o diploma de engenheiro. Caminhou várias vezes, e, na semana passada, da tribuna, assustou-me ao falar do lixo ambiental. Sou médico, formei-me na Federal, você na Kennedy. E você me deu uma aula brilhante ao falar sobre o assunto. Discorreu acerca

do CO2, do cerume, das questões que não são tratadas. Tenha a certeza absoluta de que jamais se esquecerá desta noite.

Antes de terminar, contarei uma história aos senhores engenheiros, aliás, muito interessante. Em 1983, em São Sebastião do Paraíso, resolvi construir um prédio de 19.000m², e a primeira laje tinha 2.500m². Procurei um engenheiro calculista, um professor da universidade de Araraquara (SP), e lhe disse que queria construir um prédio de 23 andares, com várias lojas e apartamentos. Disse-me que não estava entendendo o porquê de eu construir um prédio de tamanha dimensão. Afirmei-lhe que queria, sim. Combinamos que ele faria o cálculo. Estavam previstas três lajes: uma central e duas laterais. Estas suportariam menos peso que a laje central. Deveria ser feita uma conexão, já que eram lajes diferentes. Não poderia haver nenhuma trinca, enfim, nenhum problema. Utilizamos 117 estacas-tubulões. O pessoal descia 19m para fazer uma sapata de 5m, à noite, num terreno arenoso, chovendo, e o pessoal jogando truco lá embaixo. Desci até lá para ver como andavam as coisas. Fazia um calor terrível. Em uma das sapatas, couberam 295 sacos de cimento. Terminamos a obra, e lá está um monumento enorme, hoje um hospital, que tocamos. Há também um hotel muito bem montado.

Aquela massa simples, aquele monumento, não traz nenhum amor se não fossem os senhores engenheiros para nos dar garantia. Se alguém disser que este prédio está trincando, mal sabe ele que não se trata de trinca, mas de uma fissura em razão da movimentação da superposição de uma laje à outra, causada pela ação do vento, ou seja, uma movimentação normal. Portanto fui obrigado a entender tudo isso, apesar de não ser engenheiro.

Nesta noite, temos de cuidar da esperança. Se precisarmos acender três velas, uma para a paz, outra para o amor e outra para a esperança, garanto-lhe que as duas primeiras poderão ser apagadas. Queremos ter a certeza da esperança de um País melhor, de um povo ansioso por vê-lo tornar-se uma potência de Primeiro Mundo. Há alguns anos, li um livro de Paulo Almeida Carvalho, ex-Deputado Estadual. Ele disse que, em 2000, o Brasil se tornaria uma potência mundial. Lamentavelmente, muitas coisas aconteceram, mas ainda temos muito que esperar.

A SME é um marco, e nós, políticos, homens de responsabilidade, assim como os que aqui estão. Vemos alguém com ficha filiada à SME chegar a esta Casa, com dificuldade tremenda que a vida lhe trouxe.

Com o passar dos anos, os nossos neurônios vão perdendo a capacidade coordenadora, e temos dificuldades até de caminhar.

Esta Casa só pode dizer: Fábio Avelar, você brilhou nesta noite com os demais engenheiros presentes. Receba nosso muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral do BDMG, que, sob a regência do Maestro Arnon Sávio Reis de Oliveira, executará as canções "Jardim da Fantasia", composição de Paulinho Pedra Azul e arranjo de Dora Torres; "Nada Além", composição de Custódio Mesquita e Mário Lago, com arranjo de Devanil Leandro; "Oh, Minas Gerais"; e a versão da canção italiana "Viene Sul Mare" por De Moraes e Manoel Araújo.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 14/3/2006.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 21/2/2006

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista e George Hilton, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro da Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. João Augusto de Moraes Drummond, Diretor Técnico-Jurídico da Associação dos Advogados Autárquicos do Estado de Minas Gerais, informando que se coloca à disposição da Comissão para as discussões do projeto de lei que trata das tabelas das carreiras jurídicas. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.910 e 2.912/2005 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.905 e 2.906/2005 (Deputado Gilberto Abramo); 2.904/2005 (Deputado George Hilton); 2.902/2005 (Deputado Sebastião Costa); 2.911 e 2.913/2005 (Deputado Ermano Batista); 2.901 e 2.907/2005 (Deputado Gustavo Corrêa); 2.903, 2.908 e 2.909/2005 (Deputado Adelmo Carneiro Leão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.132/2005 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado George Hilton, em virtude de redistribuição); 2.342, 2.661/2005 (relator: Adelmo Carneiro Leão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.778/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.801/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.533/2005, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo Deputado George Hilton. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ermano Batista, que conclui pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.397/2005, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Projeto de Lei nº 2.334/2005 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, aprovado pela Comissão. É convertido em diligência ao IEF o Projeto de Lei nº 2.810/2005 (relator: Deputado Ermano Batista). O Projeto de Lei nº 2.887/2005 deixa de ser apreciado, por falta de pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.740/2004, 2.324/2005 (relator: Deputado George Hilton, em virtude de redistribuição); 2.641/2005 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.695, 2.710/2005 (relator: Deputado Ermano Batista, em virtude de redistribuição); 2.819, 2.864 e 2.874/2005 (relator: Deputado George Hilton); 2.844, 2.845/2005 (relator: Deputado Ermano Batista); 2.848, 2.858, 2.865 e 2.867/2005 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 2.721/2005 deixa de ser apreciado, em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo Deputado Ermano Batista, por causa de redistribuição. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.831, 2.842, 2.856, 2.857, 2.877, 2.881, 2.891, 2.899/2005; ao DER-MG os Projetos de Lei nºs 2.835, 2.852 e 2.860/2005; à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 2.850/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gustavo Corrêa - Sebastião Costa - Ermano Batista.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 7/3/2006

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Elisa Costa e Jô Moraes e o Deputado Alencar da Silveira Jr., membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Jô Moraes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir opções para geração de emprego na região do Aeroporto Carlos Prates, tendo em vista a decisão do Governo de Minas Gerais de transferir a construção do centro administrativo para o Hipódromo Serra Verde; e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Marcelo Correia de Moura Baptista, Diretor-Coordenador-Geral do Sindieletrô-MG, publicado no "Diário do Legislativo" de 23/2/2006. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou a relatora citada a seguir: Projetos de Lei nºs 2.572, 2.693, 2.816, 2.828, 2.832, 2.846 e 2.853/2005, em turno único (Deputada Jô Moraes). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Gustavo de Castro Magalhães, Gerente Adjunto do Projeto do Centro Administrativo; Tânia Carvalho, Diretora do Hospital Geral Noroeste; Wilton de Jesus, Presidente da Associação Comercial do Bairro Alípio de Melo e Adjacências - Aceplan; Antônio Teixeira de Carvalho, representante dos Moradores do Bairro Padre Eustáquio; Jeferson de Andrade, Diretor do jornal "Folha do Padre Eustáquio", que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.640, 2.666, este com a Emenda nº 1, 2.676, 2.786, 2.787, 2.789, 2.799, 2.807, este com a Emenda nº 1, 2.808, 2.814, 2.818, 2.826, este com a Emenda nº 1, 2.829/2005 (relatora: Deputada Jô Moraes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.028 e 6.050/2006. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.733/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr. em que solicita audiência pública para se discutir o impacto econômico e turístico e a geração de emprego na Região dos Inconfidentes, propiciada pela criação do Aeroporto Francisco Gontijo; da Deputada Jô Moraes em que solicita audiência pública para se discutir o Projeto de Lei nº 794/2003 que institui o Programa Acorda Maria; da Deputada Elisa Costa em que solicita audiência pública para se discutir o aumento dos acidentes de trabalho na Cemig e nas suas empreiteiras; e dos membros da Comissão em que solicitam audiência pública para dar prosseguimento à discussão da mudança do local de construção do Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais (do Aeroporto Carlos Prates para o Hipódromo Serra Verde). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e das demais pessoas presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2006.

Elisa Costa, Presidente - Jô Moraes.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/3/2006

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença do Deputado Paulo Cesar. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, sobre a igualdade de gênero, em comemoração do Dia Internacional da Mulher e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ricardo Duarte, Deputado Estadual, solicitando sejam tomadas as providências cabíveis com relação às ameaças físicas sofridas pelo Vereador Rufino Francisco Vieira Neto, de Campo Florido; José Seabra de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Piumhi, comunicando a cessão dessa Casa Legislativa para realização de audiência pública desta Comissão, no dia 22/3/2006; jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG - Ano 2 - nº 5 fevereiro, março e abril de 2006, contendo questões ligadas ao trabalho médico sob o ponto de vista do poder público; ofício do Sr. Newton de Paiva Ferreira Filho, Reitor da Newton Paiva, encaminhando "folder" contendo informações sobre o Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental da faculdade; denúncia anônima referente a irregularidades e péssimas condições de sobrevivência na Delegacia de Congonhas; ofícios dos Srs. Sérgio Luiz de Andrade, solicitando a esta Comissão sejam tomadas providências com relação aos maus tratos aos detentos da penitenciária de Ribeirão das Neves; Eduardo de Paula Machado, Promotor de Justiça da Comarca de Guaxupé, encaminhando a esta Comissão, para que sejam tomadas providências, cópia da Ata de Reunião realizada nessa Promotoria no dia 14/2/2006, com representantes das famílias dos presos da cadeia pública local, os quais apresentaram reivindicações em favor desses presos; Ten.-Cel PM Geraldo Donizete Luciano, Comandante do 28º BPM da 10ª Região de Polícia Militar, em Unai, comunicando que, no dia 3/3/2006, será desencadeada a Operação de Reintegração de Posse da Chácara São Gonçalo, localizada em Paracatu; Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante da 8ª Região da Polícia Militar, e Rodrigo Bragança de Queiroz, Promotor de Justiça da Comarca de Itaúna, publicados no "Diário do Legislativo" do dia 18/2/2006. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.867/2005, em turno único (Deputado Roberto Ramos). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Luziana Lanna, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Ana Maria Silva Soares, Secretária Adjunta da Rede Feminista de Saúde; Neuza Cardoso de Melo, Coordenadora Regional da Rede Feminista de Saúde; Olívia de Fátima Braga Melo, Chefe da Divisão da Delegacia Especialista de Crimes contra a Mulher, o Idoso e o Deficiente Físico; Maria Cecília Magalhães Gomes, representando Jovita Levi Ginja, membro do Fórum de Mulheres da Grande BH; Alessandra Pereira Eler, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em situação de violência; Elza Ilza Simões de Souza, Secretária Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT-MG; Rita Evaristo, Escola Sete de Outubro CUT-MG; Maria Aparecida Fraga Chaves, ex-Conselheira Executiva do 1º Conselho Estadual da Mulher de Minas e Presidente da Associação de Mulheres Artesãs de Coronel Xavier Chaves; e o Sr. Roges Carvalho dos Santos, Presidente do Sindicatos dos Psicólogos de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (5), em que solicita seja realizada audiência pública, com os convidados que menciona, para debater a situação da Vara de Execução Penal da Comarca de Ribeirão das Neves, tendo em vista o número de processos e a necessidade de criação de novas varas; seja realizada reunião no dia 8/3/2007, para homenagear 150 mulheres com a Medalha do Mérito Legislativo; seja realizado debate público sobre o tema "As Transformações do Papel da Mulher na Sociedade e a Garantia de seus Direitos", com a efetivação do lançamento do livro "Entre Elas Quando Tudo Acontece", de Regina Lanna; visita desta Comissão à cadeia pública de Manhumirim, no dia 16/3/2006, e seja autorizada a confecção de 500 convites para audiência pública que se realizará no dia 5/4/2006 para debater os direitos fundamentais das pessoas com deficiência; e Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública, em Ouro Preto, com os convidados que menciona, para debater o emprego de mão-de-obra infantil por mineradoras clandestinas na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2006.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 11ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 15/3/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.357/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Cemig e às suas subsidiárias integrais, mediante alteração da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém-nascidos no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.814, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso III do art. 4º e pela rejeição do veto ao art. 5º e aos incisos III e VII do art. 6º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso VIII e ao parágrafo único do art. 4º.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75; 14.066, de 22/11/2001; 4.747, de 9/5/68; 11.403, de 21/1/94, e 10.992, de 29/12/92. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.664/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.313/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que institui o Dia do Yôga. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas

nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 774/2003, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores do Indaiá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política estadual de saúde vocal. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.540/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.643/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais e das sociedades por ações e de responsabilidade limitada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.866, 5.867, 5.892, 5.893, 5.933, 5.957, 6.030 a 6.037 e 6.039/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.868 e 5.932/2005, do Deputado Domingos Sávio; 5.870/2005, do Deputado Doutor Ronaldo; 5.881, 5.886 e 5.887/2005, da Comissão de Participação Popular; 5.907/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 5.916/2005, da Comissão de Saúde; 5.951, 5.952, 6.052 e 6.053/2006, do Deputado Antônio Andrade; 5.961/2006, do Deputado Gustavo Valadares; 5.963/2006, do Deputado Jayro Lessa; 5.997 a 6.005 e 6.019 a 6.027/2006, do Deputado Antônio Andrade; 6.048 e 6.049/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.059 a 6.069, 6.091 e 6.092/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.111 a 6.114 e 6.134 a 6.137/2006, do Deputado Arlen Santiago; e 6.129 a 6.133/2006, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 48/2003, do Deputado Rogério Correia; 2.312/2005, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.234/2005, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.836/2005, da Comissão de Participação Popular; 6.138/2006, do Deputado Carlos Gomes; 6.141/2006, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.117/2006, do Deputado Gustavo Corrêa; 6.140/2006, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 11 horas do dia 16/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 15/3/2006, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001; dos vetos às Proposições de Lei nºs 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004; 16.814, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências; 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências; 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais; 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75; 14.066, de 22/11/2001; 4.747, de 9/5/68; 11.403, de 21/1/94, e 10.992, de 29/12/92; e 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do

Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006; da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 2.664/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências; 774/2003, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores do Indaiá o imóvel que especifica; 1.313/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que institui o Dia do Yôga; 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a política estadual de saúde vocal; 2.357/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Cemig e às suas subsidiárias integrais, mediante alteração da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências; 2.540/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica; 2.643/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba o imóvel que especifica; e 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais e das sociedades por ações e de responsabilidade limitada; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida do Projeto de Lei nº 2.796/2005, do Procurador-Geral de Justiça do Estado, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público, nos termos do art. 37, inciso XI, c/c o art. 93, inciso V, da Constituição Federal; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.798

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Célio Moreira, Paulo Piau e Alencar da Silveira Jr., membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2006, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.798 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de março de 2006.

George Hilton, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2006, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.413/2005, do Deputado Zé Maia; 2.696/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia; 2.793/2005, do Deputado Weliton Prado; 2.916 e 3.005/2006, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de março de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Padre João, Doutor Viana e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir a situação das cooperativas que atuam nos ramos de trabalho, habitação e educação no Estado, com diversos convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de março de 2006.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto PARCIAL à proposição de lei Nº 16.814

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à proposição de lei em epígrafe, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas a esta Casa por meio da Mensagem nº 495/2006, publicada no "Diário do Legislativo" de 17/2/2006.

Constituída a presente Comissão nos termos do art. 222, c/c o art. 111, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno, compete-nos examinar o veto e sobre ele emitir parecer.

Fundamentação

O Governador do Estado justificou o veto parcial à proposição de lei em análise por motivos de inconstitucionalidade - inciso III do art. 4º - e contrariedade ao interesse público - art. 5º e os incisos III e VII do art. 6º.

O inciso III do art. 4º da proposição de lei estabelece como instrumentos da política estadual de incentivo à cultura do bambu a promoção e a comercialização. Nas razões do veto, o Governador argumenta que a comercialização de produtos não cabe ao Estado, excetuados os casos expressamente definidos na Constituição da República, o que nos parece coerente. Entendemos que houve um equívoco na redação do dispositivo, pois a intenção do legislador era a de adotar como instrumentos da política em foco a promoção da comercialização dos produtos manufaturados de bambu, por meio de campanhas institucionais com garantia de qualidade que estimulassem o consumo. Recomendamos, portanto, a manutenção do veto nesse caso, como forma de sanar esse vício material.

Já o veto ao art. 5º da proposição de lei, que determina prioridade de atendimento para as pequenas e médias propriedades, é feito sob argumentos questionáveis. Conforme está claro no texto aprovado por esta Casa, o dispositivo vetado estabelece uma prioridade de atendimento com a clara intenção de promover equilíbrio social, já que as pequenas e médias propriedades rurais representam a parte mais frágil da economia rural mineira. Portanto, tal medida não segrega e não impõe qualquer barreira ao desenvolvimento da produção e utilização do bambu em propriedades de grande porte. Ao contrário, a idéia central da proposição de lei é a de incentivar a cultura dessa gramínea gigante em todo o Estado, mas direcionou a atuação estatal para os menos favorecidos.

Vale citar ainda que o texto aprovado trata de forma diferenciada a agricultura familiar e o conjunto de pequenas e médias propriedades rurais, mesmo que entre esses dois grupos haja uma interseção. Dessa forma, entendemos ser prejudicial à integridade da proposição de lei o veto ao art. 5º, ao qual nos opomos.

O art. 6º da proposição estabelece competências do Executivo na implantação da política em análise. O inciso III determina incentivo à utilização do bambu, sem especificar de que espécie, na recomposição de matas ciliares, áreas degradadas e na composição de sistemas agroflorestais. O veto do Governador é justificado com o argumento de que os bambuzais são prejudiciais aos maciços florestais e promovem a desertificação de terrenos e a extinção de nascentes. Esses argumentos são citados como conhecimento "tecnicamente comprovado", apesar de não serem citadas as fontes. Tais afirmações, a nosso ver, são controversas. Há correntes na área agrônoma e florestal que argumentam que a colonização de áreas degradadas com o bambu apresenta vantagens, como a fixação do solo, o aumento da permeabilidade e a formação de quebra-ventos, todos esses efeitos desejáveis para os processos naturais de proteção do solo contra a erosão e do ciclo hidrológico.

Além disso, como vantagem marginal, a produção de bambu representa uma fonte alternativa de recursos na propriedade. Vale citar que o texto aprovado não determina a implantação de bambuzais em áreas com cobertura vegetal nativa preservada, o que pode, de fato, ocasionar desequilíbrio ecológico. Por esses motivos não concordamos, também, com o veto a esse dispositivo.

Com relação ao inciso VII do art. 6º, que determina a produção de mudas de bambu em viveiros públicos estaduais, somos levados, mais uma vez, a discordar das razões do veto. Esses viveiros florestais públicos estão instalados estrategicamente nas diversas regiões do Estado e são gerenciados, em sua maioria, pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. Assim como produzem mudas de espécies florestais arbóreas para distribuição entre produtores rurais, essas estruturas operacionais poderão contribuir com as ações da política em debate produzindo e disponibilizando, para esse mesmo público, mudas de diversas espécies de bambu, já que este também é uma essência florestal. É digno de nota que o Brasil se destaca como o país com o maior número de espécies nativas de bambu e como o único no continente com uma fábrica de celulose que opera exclusivamente com colmos de bambu.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto oposto ao inciso III do art. 4º e pela rejeição do veto ao art. 5º e aos incisos III e VII do art. 6º da Proposição de Lei nº 16.814.

Sala das Comissões, 14 de março de 2006.

Maria Olívia, Presidente - Adalclever Lopes, relator - Jô Moraes.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 9/3/2006

O Deputado Laudelino Augusto* - Mineiros, mineiras, Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, nossa saudação aos que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia.

Há pouco mais de 15 minutos, encerramos uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a qual começou às 10 horas. Hoje debatemos a licitação das águas minerais das estâncias de Lambari, Cambuquira, Caxambu e Araxá.

Lamentamos a ausência da Codemig, uma das entidades convidadas. Conforme nosso Regimento, ela poderá ser convocada a estar presente e prestar contas para a população, que paga seus funcionários e sua estrutura. Ela não se dignou a participar da audiência, embora sua presença fosse uma das principais. A Codemig deveria estar aqui para ouvir os questionamentos, as propostas e participar, numa audiência proativa. Explicarei bem a fim de que não haja dúvidas, pois devemos ocupar a tribuna para contribuir com a sociedade, com a educação política, com a formação das consciências, para defender a população e seus anseios, e não para outros fins.

A audiência foi solicitada para conhecermos os motivos pelos quais não houve propostas na abertura de envelopes da licitação das águas mineiras do Sul de Minas e buscar soluções conjuntas. Quem faz o edital? A Companhia do Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemig -, que foi a primeira convidada. Pedimos que viesse, preferencialmente o Presidente da Comissão, para nos ajudar, ouvir e responder. O edital foi comprado por 81 empresas, e nenhuma apresentou proposta. Queremos entender o que aconteceu.

Essa é uma história antiga. As estâncias do Sul de Minas, maior província hidromineral do planeta Terra, têm enorme quantidade e qualidade das águas. O Código das Águas de 1945 define a água mineral como aquela que tem características físicas, químicas e medicamentosas. Aliás, é urgente que a Comissão Permanente de Crenologia faça uma reclassificação das águas.

Hoje, pega-se qualquer água, até de rio, trata-se e engarrafa-se como se fosse água mineral. Isso é um absurdo. As águas minerais, conforme o Código das Águas, têm um diferencial de características físico-químicas e medicamentosas.

As estâncias hidrominerais estão passando por sérias dificuldades e estão abandonadas pelo Estado. Isso foi motivo para se criar uma comissão especial desta Assembléia no segundo semestre do ano passado, e a justificativa para o pedido dessa comissão era o abandono das estâncias. A Codemig, antiga Comig, é a responsável principal por esse abandono, pelo sucateamento e pela situação das estâncias hidrominerais.

Há tempos existe essa luta, essa angústia e essa busca de soluções. Sou natural das estâncias, e antigamente dizia-se que, mais do que empresas, as estâncias necessitavam de empresários. Era uma maneira de dizer que, mais que levar nossa água para todos os cantos do mundo, gostaríamos que as pessoas de todos os cantos do mundo viessem até nossas águas. Seria um incremento para o turismo e para o tratamento de saúde por meio das águas. A água é medicamentosa, especialmente na fonte, na estação de águas. Nos anos 50, havia uma matéria na faculdade chamada Crenologia, ou Crenoterapia, que é o tratamento com a água, uma benção que Deus nos deu. Tradicionalmente, é feito o envasamento dessas águas das marcas Araxá, Cambuquira, Lambari e Caxambu, que são de responsabilidade da Codemig, e de outras, como São Lourenço, Passa-Quatro, Águas de Contendas e Pouso Alto. Essa é toda a riqueza daquela região sul-mineira.

É importante fazer o envasamento, primeiro por uma questão social e econômica, pois gera emprego e renda. O fechamento da Superágua, em junho do ano passado, deixou 200 famílias desempregadas. O aspecto promocional também é importante, pois o nome das nossas águas é levado ao mundo inteiro. Além disso, é importante manter a tradição de se ter as águas e o maquinário antigo funcionando.

Para que sejam atendidos os aspectos socioeconômicos, promocionais e tradicionais, não há necessidade de que haja lucro exorbitante. A empresa que ganhar não necessita ter lucro, pois a água, maior riqueza da região, pode e deve ser o principal item para chamar turistas. Mesmo que o lucro fique zerado, o importante é que empregos sejam gerados, a promoção seja feita e a tradição histórica da região seja mantida.

Outra questão é a quantidade e a qualidade das águas. A quantidade é a vazão natural. Todos estão preocupados com a vazão das águas, para que não ocorra o que aconteceu em São Lourenço. A empresa sugou de tal maneira, que a fonte Primavera foi exaurida.

Realizamos as audiências públicas do I Encontro das Águas Minerais, em Caxambu, em 2004; do II Encontro das Águas Minerais, em Cambuquira, em 2005; e está previsto o III Encontro das Águas Minerais, em Lambari, em abril próximo. Nessas audiências foram dadas sugestões para a elaboração do edital, e depois houve o fechamento da Superágua. Estivemos presentes. O edital saiu no dia 16 de dezembro, mas não foi o que o povo esperava. As ONGs, o Focas, as novas administrações e todos nós estamos preocupados. Tanto o Focas, quanto nossa consultoria e o Ministério Público sugeriram que aguardássemos a abertura dos envelopes, acompanhando de forma crítica. No dia 16 de fevereiro, foi feita a abertura dos envelopes, e havia muita expectativa.

Notamos duas ausências: a primeira, de propostas. Não houve nenhuma proposta. Por quê? Queremos saber. A outra, de pessoas interessadas em acompanhar o processo. Nenhum Vereador ou Prefeito apareceu. Houve apenas a presença louvável de dois ex-funcionários representando todos os empregados da Superágua, que se encontram desempregados. Por estarem nessa situação, fizeram uma vaquinha e compareceram para acompanhar a abertura dos envelopes.

Acabamos de realizar a audiência, e foram apresentadas muitas propostas. O Fórum das ONGs do Circuito das Águas - Focas -, que conta com as ONGs de Caxambu, Cambuquira, Lambari e São Lourenço, propôs a formação de um grupo de trabalho e solicitou - e vamos providenciar - audiência com o Governador, com o Brumer, Secretário de Desenvolvimento Econômico, e com a Codemig, para apresentar sua contribuição. Essa audiência tem de ser proativa, queremos somar. Fizemos isso. Convidamos todas as 81 empresas que adquiriram o edital a vir aqui para dizer por que não apresentaram propostas. Queremos, com a sociedade, ajudar a Codemig a desenvolver o seu trabalho. Trata-se de gestão participativa; democracia participativa. Temos de dar esse passo de qualidade, passar da democracia simplesmente representativa - nós, eleitos - para a democracia participativa. É isso que queremos.

Lamentavelmente a Codemig não se dignou a vir aqui. Ontem me telefonaram desculpando-se. Eu disse para vir alguém da comissão de licitação ou qualquer outra pessoa, se há oito ou nove nomes.

A carta que justifica a ausência diz: "Em face da relevância do tema" - se fosse relevante teria vindo alguém - "que será debatido e considerando que o Diretor de Operações, responsável pela área que envolve diretamente a matéria a ser discutida, se encontra fora do País...". Se estiver acompanhando o Governador em visita ao Canadá, ótimo! Que vá, que defenda, que leve as propostas de Minas Gerais. Ele não precisaria participar da reunião, pois está no exterior, mas esperávamos que algum representante da Codemig - são tantos - comparecesse para, pelo menos, ouvir as angústias e os anseios da população do Circuito das Águas do Sul de Minas.

O Fórum das ONGs sugeriu a formação de um grupo de trabalho, que já foi formado. Esse grupo irá à audiência com o Governador e com o Secretário Brumer e acompanhará a vistoria, que pedimos ao DNPM, nas atuais condições das fontes. Pedimos essa auditoria porque, há oito meses, elas estão abandonadas. O parque já está abandonado há tempos. A vistoria constatará o que está acontecendo.

Então, a proposta é somar forças com a sociedade. Houve ótima participação das ONGs de todas as cidades, que aqui compareceram. Os representantes das Câmaras Municipais estão de parabéns. Estavam aqui os Vereadores de Caxambu; o Presidente da Comissão das Águas Mineiras da Câmara Municipal de Caxambu; metade dos Vereadores de Lambari; os Vereadores de Cambuquira, preocupados com a situação; o DNPM; a Associação dos Municípios do Circuito das Águas - Amag -, que se fez representar, dando apoio e solidariedade, importantes para a região.

Ao dar essa notícia, estou um pouco angustiado, pois são pais de famílias que estão desempregados e, além disso, a região tem grande potencial turístico. A Codemig não apareceu nem mesmo para dizer qual o próximo passo, quanto temos de esperar, o que será feito e quanta paciência ainda teremos de ter.

Apresentei vários questionamentos. A Codemig é apenas uma intermediária. Ela faz a licitação e passa a uma empresa privada, ganha todos os "royalties" e, além disso, fica com eles de 25 a 30 anos e, no final, faz o quê? Agora, com o programa de revitalização, promete mandar 80% dos "royalties" aos Municípios. Isso não é presente, é direito conquistado, aliás, fruto da luta, da organização do povo, que, se não tivesse se organizado, não conseguiria esse programa de revitalização.

Quero lembrar que o programa de revitalização que está sendo posto em prática também é uma conquista da população. É dinheiro público que se está investindo. A reforma das fontes de Caxambu, por exemplo, está quase pronta. O dinheiro que está entrando é novo. O pessoal tem de fiscalizar, pois se trata de dinheiro novo para a revitalização do balneário, das fontes, do parque das águas. É muito importante sabermos disso. Além disso, há os parques das águas de Cambuquira e de Lambari e, especialmente, o Hotel Cassino de Lambari. É bom que sejam cercados novamente os parques e feita a revitalização das praças.

Concluindo, deve haver uma proposta proativa, de soma. Política é a soma de esforços em vista do bem comum, é servir o povo, verdadeiro detentor do poder. E o povo está angustiado com a situação das suas estâncias hidrominerais.

Fica aqui a nossa ponderação, o nosso apelo, a nossa veemência e o nosso compromisso com as estâncias hidrominerais. Falamos especificamente sobre o caso da licitação das águas. Lambari, Cambuquira e Caxambu dispõem-se a formar cooperativas, grupos, fundações, entidades que possam explorar as águas. Aliás, as máquinas antigas, obsoletas, de 100 anos, podem funcionar. Quem sabe isso poderá ser um atrativo para o turismo? Que venham turistas de todo o mundo conhecer a maneira centenária de se envasar água, de maneira higiênica. Para citar um exemplo, com a máquina existente em Lambari e R\$18.000,00 de gastos por mês, consegue-se um retorno de R\$600.000,00 mensais com a colocação de água no mercado.

É isso o que queria dizer. Contem com o nosso compromisso. Isso é direito do povo; da nossa parte, é dever, e devemos cumprir o nosso dever. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de fazer uma reflexão nesta tarde. Há praticamente mais de três anos, estamos na 15ª Legislatura, e quero recordar algumas passagens deste Parlamento. Fui o primeiro Deputado a apresentar projetos a esta Casa, após tomar posse. Cheguei aqui às 5h30min. Protocolei vários projetos importantes, como o que assegura a merenda escolar para os alunos do ensino médio; o que cria o fundo estadual de crédito educativo; o que garante a confecção da Carteira de Identidade nas escolas para os estudantes, para se acabar com a burocracia, pois, muitas vezes, o Psiu não consegue atender a toda a demanda, e os estudantes, principalmente os que prestarão vestibular, têm de dormir na fila para obtê-la. Cito o caso específico de Uberlândia, em que há necessidade de se pegar senha. É uma burocracia muito grande. Facilitaria muito a vida dos estudantes a confecção de Carteira de Identidade nas escolas, assim como a vida de toda a população, pois desafogaria os postos do Psiu em todo o Estado. Apresentei ainda o projeto de lei que cassa o alvará das empresas picaretas, sem escrúpulos, que usam diversos artifícios para burlar a lei e enganar os estudantes. Colocam preço fictício no ingresso e o vendem a preço único para todos, como se todos pagassem meia-entrada. Apresentei o projeto de lei que cria o programa estadual de produção alimentar para as pequenas propriedades; o que revoga a taxa estadual cobrada das empresas de "outdoor", ao qual foram até apresentadas emendas dos Deputados Antônio Júlio, Gustavo Valadares e outros. Apresentei também projeto de lei que assegura às "vans" cadastradas no DER o direito de fazer transporte intermunicipal. Aliás, havia um decreto do DER que proibia a realização desse transporte pelas "vans", o que prejudicaria muito os seus usuários, principalmente os estudantes do ensino noturno das universidades, que não teriam como retornar às suas residências.

Apresentei o projeto de lei que diminui o ICMS da conta de energia elétrica, hoje uma das maiores tributações de todos os Estados da Federação. Então, 30% são só de ICMS, o que corresponde a R\$90,00. Ou seja, esses 30% de impostos são recursos que vão para o Estado. Apresentei um projeto para diminuir o ICMS da conta de energia elétrica, que subiu 23,88%, ou seja, acima do índice inflacionário.

Agora, parece que o governo quer aumentar ainda mais o valor das contas da Cemig e da Copasa. Costumo dizer que a água está com preço de vinho, porque o preço da água da Copasa é altíssimo. Por isso muitas pessoas são privadas do acesso a esse bem. As pessoas mais simples não dão conta, acabam tendo sua água cortada. Se compararmos a situação com a de outros Estados e Municípios, que possuem departamentos de água, veremos que o valor da água do governo do Estado, da Copasa, chega a ser 3, 4, 5 ou 10 vezes maior.

Apresentei o projeto que acaba com o ICMS sobre o arroz e o feijão, mas o governo do Estado, muito esperto, não queria que eu ficasse com a autoria. Nesse caso, enviou um "frankenstein" para esta Casa e aprovou-o. No entanto, não importa quem seja o pai da criança; o que importa é a diminuição do ICMS.

Durante os três últimos anos, denunciei, nesta Casa, que o custo da cesta básica, que é fundamental para a sobrevivência das famílias mais necessitadas, estava muito alto e que os impostos cobrados em Minas Gerais eram os mais altos de todos os Estados da Federação.

Brigamos muito. Apresentamos o projeto que revoga a Taxa de Incêndio para os comerciantes, para as indústrias e para as residências. Lutamos durante um ano. Chegávamos aqui às 8 horas e saíamos às 23 ou 24 horas. Vocês se lembram disso. Apresentamos todos os recursos necessários, obstruímos, apresentamos emendas e substitutivos. Nas comissões denunciemos o grande desmando, a grande irresponsabilidade de se tributar mais ainda, criar uma taxa inconstitucional, tendo em vista a bitributação. Era o que acontecia com a taxa de incêndio para os comerciantes, indústrias e residências.

Conseguimos aprovar uma emenda de minha autoria e da do PMDB que revoga a Taxa de Incêndio de todas as residências do Estado de Minas Gerais. Infelizmente, nossa emenda que visava acabar com a Taxa de Incêndio para o comércio e para a indústria não foi acatada. O Bloco PT-PCdoB entrou na Justiça. Há uma ação no Supremo Tribunal Federal que esperamos seja julgada o mais rápido possível. Assim, esperamos ser possível acabar com a Taxa de Incêndio do comércio e da indústria.

Conseguimos acabar com a taxa que o Governador queria cobrar. Tratava-se de um verdadeiro absurdo, pois o cidadão estaria sujeito a pagar essa taxa se chamasse a Polícia. Se alguém chamasse o policial e este fosse atender à solicitação a pé, o cidadão teria de pagar R\$12,42; se fosse de moto, R\$15,03; se fosse de Rotam, R\$27,00 por policial. Logo, se em uma viatura houvesse quatro policiais, o cidadão teria de pagar mais de R\$100,00. Nesse caso, seria melhor negociar com os bandidos que chamar a Polícia. Essa proposta descabida, despropositada foi apresentada pelo governo do Estado. Todavia, conseguimos impedir a cobrança da taxa de chamada da polícia, bem como da taxa para fazer o boletim de ocorrência.

Apresentamos outros projetos importantes em relação ao IPVA, porque o governo do Estado deu uma remissão, um desconto de 50% no IPVA e na Taxa de Licenciamento, isto é, uma benesse para as locadoras de veículos. Se pode fazer essa concessão às locadoras de veículos, porque aumentar os valores para quem possui uma moto e tem dificuldade de pôr gasolina, para o feirante, para o pequeno proprietário rural, que tem um veículo utilitário, enfim, para o contribuinte?

Explicarei. Consta na legislação: Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando se dá um desconto para alguma empresa, alguém tem de pagar a conta. O que o governo fez? Deu um desconto para as locadoras. No caso, quem iria cobrir esses gastos seria o povo. Então, reduziu-se o valor do ICMS da Taxa de Licenciamento do IPVA em 50% para as locadoras de veículos, e foi dado um aumento de mais de 100% para os proprietários de motos e de veículos, utilitários - Taxas de Licenciamento e IPVA. Os aumentos ficaram aproximadamente 10 a 20 vezes acima dos índices da inflação dos últimos anos.

Apresentamos algumas emendas em projetos na Casa a fim de diminuir o ICMS, mas infelizmente não elas foram aprovadas. Participamos de vários movimentos e fizemos a denúncia, no início do mandato, de que, em 70% das escolas de Minas Gerais, as crianças estavam sem merenda escolar; os alunos acima de 18 anos estavam sendo proibidos de estudar nas escolas de 2º grau; e o governo não estava cumprindo a Emenda nº 29, que obriga o Estado a aplicar 12% de tudo o que é arrecadado na educação.

Essa norma constitucional não é cumprida. O déficit anual é de R\$1.000.000.000,00, e chegará a R\$4.000.000.000,00 no final do governo.

Denunciamos ainda que o governo do Estado não aprova o importante projeto do Deputado Sargento Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública. O Orçamento deste ano destina R\$360.000.000,00 para essa área, mas não está sendo cumprido.

A população está à mingua, e uma de suas maiores preocupações é a segurança pública. Se há papel higiênico, se as viaturas estão funcionando e se têm manutenção é porque existem convênios com as Prefeituras. O Estado não cumpre sua responsabilidade, apesar de ter dinheiro.

Há R\$360.000.000,00 oriundos apenas da Taxa de Segurança Pública. Mas, infelizmente, esses recursos não vão para a segurança pública. O projeto do Fundo Estadual de Segurança Pública resolverá um grande problema. Em todas as audiências públicas de que participamos, persiste a reclamação de que o poder público banca todas as despesas.

Isso fere, fragmenta e fragiliza a autoridade da Polícia nos Municípios. É lógico que, se o Prefeito coloca gasolina e dá toda a estrutura à Polícia, isso enfraquece o poder da Polícia. Será que a Polícia, nos pequenos Municípios e até nos grandes Municípios, não fará o que o Prefeito quer! É ele que garante toda a autonomia da Polícia. Onde está a autonomia e a independência? Então, há recursos, mas não são aplicados.

Deputado Edson Rezende, desculpe-me, mas não lhe concederei aparte agora porque o meu tempo está acabando e preciso terminar meu pensamento.

Participamos de vários protestos. Esta semana houve o protesto com todas as forças de segurança pública e entidades que representavam os policiais militares, Bombeiros e civis, cobrando mais investimentos na área de segurança pública.

Denunciamos também os gastos excessivos do Estado com publicidade. No Orçamento do ano passado, eram previstos gastos de R\$10.000.000,00, mas houve suplemento de R\$65.000.000,00. Para a merenda escolar dos alunos do ensino médio nas periferias das cidades mais pobres do Estado, estavam previstos no Orçamento gastos de R\$500.000,00, mas não se gastou um centavo. No entanto, para a publicidade, houve aquela suplementação de verba e mais gastos feitos pela Cemig, pela Copasa e pela Codemig, dando mais de R\$100.000.000,00.

Gastou-se pouco em habitação e outras áreas. Denunciamos aumento das mensalidades da Faculdade de Medicina e fui relator de projetos importantes, como aquele que destaca as atividades de educação física nas escolas estaduais, valorizando o professor.

Infelizmente o Governador deu com uma mão, mas tirou com a outra. Recentemente cortou 50% das aulas de educação física nas escolas. Os alunos estão muito tristes, pois sabem quanto a prática de educação física nas escolas é importante. Havia duas aulas de educação física, mas agora há apenas uma aula. Ele pretende acabar com a aula de educação física. Propomos uma audiência pública nesta Casa.

O Vice-Presidente desta Casa fez um levantamento, e foi constatado que fui um dos Deputados mais atuantes, um dos que mais utilizaram a tribuna desta Casa e um dos que mais apresentaram requerimentos e projetos.

Aproveito para fazer uma denúncia ou uma solicitação. Durante estes três anos como Deputado Estadual, nunca apareci em nenhum vídeo institucional da Assembléia Legislativa. Por que será? Será que incomodamos porque denunciamos os desmandos do governo do Estado? Por que será que nossa imagem não pode aparecer nos vídeos institucionais da Assembléia, se fui um dos Deputados que mais utilizaram a tribuna desta Casa? Sempre estive presente nas comissões e fui um dos Deputados que mais aprovaram requerimentos. Aprovamos importantes projetos de lei, mas não aparecemos nos vídeos institucionais nem nos comerciais da TV Assembléia.

Conversei com todos os responsáveis, e até agora nada. Alegam que os Líderes desta Casa são priorizados; todavia, exerci a Liderança da Minoria durante um ano e, mesmo assim, não apareci nos vídeos institucionais referentes às comissões e às demais divulgações da Assembléia. Portanto fica aqui o meu questionamento, e gostaria de uma resposta da Mesa. Não apareci, mas outros Deputados apareceram, inclusive Deputados que já não estão aqui. O Deputado Wanderley Ávila foi para o Tribunal de Contas e continua aparecendo nos vídeos institucionais, assim como os Deputados Mourão e Bejani, Prefeito de Juiz de Fora. Infelizmente, não permitiram que nossa imagem fosse vinculada nos vídeos institucionais da TV Assembléia.

Continuaremos incomodando e falando a verdade, pois não temos medo. Não podemos aceitar que o governo do Estado use mil artifícios para tentar ludibriar a população, gastando milhões com publicidade, trocando o rótulo e pegando carona em muitos projetos do governo estadual.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, convidados das galerias, abordaremos um tema que tem incomodado milhares de brasileiros. Mais uma vez, Minas Gerais dá a sua contribuição. O cidadão entende ser legítimo o fato de clamar por justiça, e não podemos ficar calados diante de tal crime que vem ocorrendo com as decisões do Supremo Tribunal Federal.

Farei a leitura de uma matéria publicada no jornal "Hoje em Dia" de 9/3/2006, com o seguinte título: "Juiz Rejeita Abrandar a Pena de Traficante". A matéria diz: "Uma decisão tomada ontem pelo Juiz da Primeira Vara de Tóxicos de Belo Horizonte esquentou a discussão sobre a Lei de Crimes Hediondos, mais especificamente, sobre o segundo artigo da Lei nº 8.072, de 1990, que trata da progressão da pena nesses casos. O Juiz José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça negou o regime de progressão de pena a um preso condenado por tráfico de drogas. Portanto, ele deve cumprir a pena integralmente em regime fechado".

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o art. 5º, inciso XLVI, da chamada Constituição Cidadã, do Dr. Ulysses Guimarães, de 1988, diz que não haverá pena de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento, e cruéis. Portanto, nesse aspecto, o Brasil é um país maravilhoso até para o criminoso, e agora, mais que nunca, para aquele que pratica crime hediondo, para o indivíduo que, antes de matar uma criança de 5 anos, sequestra-a, estupra-a, queima-a e a enterra. Fatos como esse podem ser mudados com as decisões do STF. A meu ver, e aos olhos de qualquer cidadão de bem, de pessoa honrada deste país, pai ou mãe de família e de quaisquer trabalhadores, pessoas que pegam ônibus lotado com a marmitta debaixo do braço e que ganham salário mínimo, mas que vivem de forma honrada, do seu sustento, saber que o STF concedeu recentemente, por meio de liminar, uma progressão de regime a um pastor da cidade de São Paulo que cometeu crime de atentado violento ao pudor em três crianças da faixa etária de 5, 6 anos de idade, incomoda a todos nós, diuturnamente. Precisamos estar atentos a situações como essa. A Assembléia de Minas não pode calar-se diante de tantas manifestações.

Queria ter feito este pronunciamento, Sr. Presidente, no dia 8 de março, data em que as nossas bravas e dolorosas mulheres não apenas comemoram, mas continuam sua grande luta em defesa dos seus direitos. Esse seria o dia ideal para exemplificar o caso da mãe da garotinha Míriam Brandão, D. Jocélia Brandão, que mora no Bairro Dona Clara, Região Leste de Belo Horizonte, próximo à Região Norte. Trata-se de uma criança de 5 anos de idade, que foi seqüestrada em 1992. Ainda me lembro disso, Sr. Presidente, porque, na ocasião, este Deputado estava nas ruas, no comando de viaturas Rotams de radiopatrulhamento. Naquela época esses três marginais - dois homens e uma mulher -

seqüestraram a menina de 5 anos, estupraram-na, mataram-na e depois a enterraram. Um dos rapazes ainda está preso na Penitenciária Nelson Hungria, sendo que os outros dois conseguiram liberdade. Com as decisões do Supremo, daqui a pouco esse cidadão ganhará liberdade, com a progressão de regime, o crime hediondo, o tráfico, o estupro seguido de morte, o latrocínio e o homicídio qualificado, Padre João. O que ocorreu com os nossos Fiscais do Trabalho, em Unai, que foram mortos de forma covarde numa emboscada, foi um crime triplicadamente qualificado, que é hediondo. Daqui a pouco os executores e seus mandantes também cumprirão um sexto da pena e alcançarão a progressão de regime, ou seja, poderão sair durante o dia e retornar à cadeia à noite, para dormir. Será que retornarão mesmo para a cadeia? Será que cumprirão essa pena exatamente? Sabemos que não. Então, não nos podemos calar diante desse descalabro que são as decisões do STF, porque é muito fácil para um Juiz ou Ministro, tão distantes da população, tomarem essa decisão com a caneta - em suas salas com ar-condicionado, num gabinete muito bonito, com vários assessores e secretárias -, concedendo e flexibilizando a pena daquele cidadão que, na verdade, feriu gravemente a população.

Um exemplo recente é a morte do Promotor Francisco José Lins do Rego. No exercício da sua profissão, quando fiscalizava os cartéis em Minas Gerais, o contrabando e a adulteração de combustível, foi covardemente morto e também vítima de crime hediondo. O Fernandinho Beira-Mar, um dos maiores traficantes internacionais, que já cumpriu pena neste Estado, é um cidadão beneficiado exatamente pela flexibilização da pena para o crime hediondo.

Aproveito este momento para parabenizar todas as mulheres deste país na pessoa da D. Jocélia Brandão, mulher bastante corajosa. Mesmo sofrendo com a terrível perda de sua filha de 5 anos, em 1992, ainda tem força para recolher, com outras mulheres e mães deste país, 1.200.000 assinaturas, a fim de evitar a flexibilização da pena para crime tão hediondo, provocada pelos Ministros do STF por meio de decisões que, no mínimo, são incoerentes, inconseqüentes e impensadas. No Brasil não há pena de morte, de trabalhos forçados nem de banimento, mas, sim, uma pena máxima de 30 anos. O criminoso pode ser apenado com 200 anos de cadeia, mas cumprirá somente 30 anos. O legislador federal entendeu que havia comoção por parte da sociedade em relação a fatos rotineiros e que ela precisava de resposta. Como ela se transforma com o tempo, as legislações precisam acompanhá-la.

Em 1990, a Lei nº 8.072, de 1990, foi aprovada pelo Congresso Nacional, determinando que o estupro e o seqüestro seguido de morte, o latrocínio e outros crimes fossem taxados, qualificados e denominados como crimes hediondos. Isso ocorreu para que, na pior ou na melhor das hipóteses, ele alcançasse a progressão de regime após o cumprimento de dois terços da pena. Quer dizer, se foi apenado com 18 anos de prisão, que apenas consiga a progressão de regime após cumprir 12 anos. Então, há essas decisões impensadas. Aliás, o Supremo não é o primeiro a tomar essa decisão. Em Nova Lima, recentemente houve um caso semelhante, em que o estuprador também recebeu a progressão do regime.

Portanto, em defesa dessas pessoas, dos que trabalham e lutam para tocar a sua vida de maneira tranqüila e respeitar as regras da sociedade não somente formais, mas também informais e em nome de pessoas como a D. Jocélia Brandão, ocupo a tribuna nesta tarde. Repudiamos a postura do STF ou de qualquer Juiz deste país que venha a dotar esse tipo de progressão de regime para a prática do crime hediondo, horrível, nojento e inconcebível. O criminoso deve, no mínimo, pagar a sua pena. O grande problema do Brasil é a falta do cumprimento dessas penas.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, relemos novamente o art. 3º da Lei nº 8.072, de 1990, que trata dos crimes hediondos: "A União manterá estabelecimentos penais de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou a incolumidade pública.". Portanto, Sr. Presidente, até hoje o governo federal nem sequer construiu um presídio federal neste País; até hoje, mesmo tendo de arcar com os presos por tráficos de drogas e com os vários outros que cometeram crimes hediondos, não se tem notícia de um presídio federal construído. Ao passo que aqui, em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves vem avançando, firme e gradativamente, nessa área.

Ontem mesmo o governo do Estado inaugurou mais duas novas penitenciárias, uma em Uberaba e outra em Patrocínio. Sabemos que há verbas do governo federal, sim, para a construção desses presídios, mas onde estão os presídios federais, a prisão de segurança máxima que a União deveria construir para cuidar desses presos? Não se tem notícia.

A impunidade está em situação como essas, portanto, isso deve mudar. O Supremo Tribunal Federal tem de cobrar a efetivação disso, e não um relaxamento de prisão do criminoso que matou uma criança, estuprou-a, queimou-a e a enterrou, deixando uma família completamente arrasada, Deputada Célia Moreira, como a família da D. Jocélia Brandão.

Então, este pronunciamento tem o objetivo de cobrar das autoridades, do Supremo Tribunal Federal, dos Juizes de Primeira e Segunda Instâncias, para que não se cometam crimes tão terríveis como esse, como essas decisões que estão sendo tomadas. Aquele que violentou uma criança, estuprou-a e a matou tem de cumprir sua pena integralmente; não pode cumprir apenas um sexto da pena, como é a proposta, ou seja, numa condenação de 18 anos, cumpre apenas 3 anos, ganhando, em seguida, a rua.

Para determinados tipos de presos não há de se falar em progressão antes que parte de sua pena seja cumprida. Isso é muito bem tratado na Lei nº 8.072, de 1990, referente ao crime hediondo.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo aos Juizes e aos Desembargadores do Estado de Minas Gerais para que não cometam mais esse crime contra a sociedade. Estaremos solicitando as notas taquigráficas do meu discurso nesta tarde e as encaminharemos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, para mostrar que a população repudia esse fato, para mostrar que estamos aqui como porta-vozes da população, externando a nossa opinião e a nossa preocupação no que diz respeito ao entendimento que o Supremo Tribunal Federal tem tido com a lei de crimes hediondos.

Encerro o meu discurso cumprimentando e parabenizando D. Jocélia Brandão, pela força e pela garra em lutar, com outras mulheres, contra esse estado de coisas. Estaremos nesta Casa acompanhando sua luta, apoiando-a no que for necessário. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, alunos da Fumec aqui presentes; continuo hoje, nesta tribuna, o debate que tivemos todos esses dias no Plenário daquilo que chamo de omissão e timidez do governo estadual no que diz respeito às políticas públicas sociais, em especial, da política pública de assistência e de atenção à criança e ao adolescente.

Disse e reafirmo aqui, com dados, com números, que Minas Gerais investe muito pouco na área social.

Vejam, Deputados e Deputadas, a Prefeitura de Belo Horizonte, desde o governo Patrus, passando pelo Prefeito Célia, e agora o Prefeito Pimentel, investe R\$67.000.000,00. Já o Estado inteiro investe somente R\$50.000.000,00. Então, Belo Horizonte, que tem uma população correspondente a 13% do Estado, investe praticamente 30% a mais que o Estado de Minas Gerais na área de assistência social.

Esse é um quadro que se vem arrastando ao longo dos anos. Justiça seja feita, a omissão não é só deste governo, mas sim do anterior a ele, e vem-se mantendo. Ontem os Deputados da base do governo disseram que isso é natural porque hoje a política de assistência social é dos Municípios, motivo pelo qual deve-se investir nessa área.

Como tenho militância na área, trouxe as responsabilidades do Estado, que está doente, na política pública de assistência, de acordo com a Norma Operacional Básica - NOB -, que fundamenta o Sistema Único de Assistência Social. Esse é um documento oficial, um decreto aprovado, pactuado com todos os Estados, que define as competências dos governos estaduais na área da assistência. São 23 normas, mas listei aqui as mais importantes. Primeiro, co-financiar a proteção social básica, mediante aporte de recursos para o sistema de informação, monitoramento, avaliação, capacitação, apoio técnico e outras ações pactuadas progressivamente". O governo Lula já implantou, em 1.266 Municípios, mais de 700 Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, também conhecidos como casas de família. São os espaços consolidadores da política pública da assistência social nos Municípios. O Estado tem que ajudar os Municípios a implantar esses equipamentos. O Cras está para a política de assistência assim como o posto de saúde está para o SUS. Na Assembléia, por meio de uma audiência pública que requeri na Comissão do Trabalho, com a presença dos representantes do governo do Estado, e depois em negociação com o Secretário Anastasia, conseguimos que o Estado destinasse R\$3.000.000,00 a essa finalidade no ano passado, mas não havia nenhuma previsão. Neste ano, por meio de emenda popular na Comissão de Participação Popular, esses R\$3.000.000,00 foram garantidos. O Estado não estava aplicando basicamente nenhum recurso para o co-financiamento da assistência. A Assembléia fez o seu papel e conseguimos R\$3.000.000,00. Segunda competência: gerir os recursos federais e estaduais destinados ao financiamento das ações de assistência nos Municípios não habilitados. O que é um Município não habilitado? É aquele Município que não tem conselho de assistência, que não tem fundo de assistência e não recebe recurso federal diretamente. O Estado é que cuida da política pública. Isso é o ideal? Não. É um absurdo que Minas Gerais ainda tenha 200 Municípios não habilitados. E sabem por quê? Porque o Estado, em que pese ao esforço dos valorosos servidores da Sedese, não tem estrutura, não tem apoio. As regionais da Sedese, as descentralizadas, poderiam executar um papel muito mais ativo se tivessem maior apoio. Os Municípios não têm assessoramento e não conseguem sequer ter acesso diretamente de recursos de fundo a fundo. Terceira: coordenar sistema de monitoramento e avaliação das ações de assistência. Quarta: coordenar e co-financiar, ou seja, financiar, com a União e com os Municípios, a estruturação de ações regionalizadas de proteção social especial de média e alta complexidade. Quais são os serviços de média complexidade? Habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência; medidas socioeducativas aplicadas, em meio aberto, ao adolescente que comete ato infracional, em especial as medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade; centros de referência especializados para enfrentamento de situações onde os direitos já foram violados. Casos de exploração sexual, violência contra a mulher, ocorrência de trabalho infantil. Esse tipo de serviços de média complexidade, de caráter regional, é obrigação do governo do Estado, mas ele não o tem prestado.

Serviço de alta complexidade, albergue, abrigos, trabalho com os migrantes, família substituta, família acolhedora, trabalho protegido, tudo isso é competência do governo do Estado. Não podemos transferir isso para os Municípios.

Implantar e co-financiar consórcios públicos, ações regionalizadas de assistência. Financiar projetos de inclusão produtiva de acordo com as necessidades e prioridades regionais.

Nesse ponto, entro no debate sobre o Bolsa-Família. Esse programa não vai resolver, de uma vez por todas, o problema geral de qualidade de vida, de renda digna, de todas as famílias brasileiras. Hoje a renda do Bolsa-Família é considerada como um direito vinculado ao direito humano à alimentação. Esse foi um grande e importante avanço do governo federal. É falsa essa polêmica de que é necessário ensinar a pescar em vez de dar o peixe. Se a pessoa estiver com muita fome e for pescar, o peixe pegará a isca e irá derrubá-la dentro d'água.

A pessoa precisa estar alimentada; precisa de recursos financeiros para seu filho ir à escola. Paralelamente, é necessário que os Municípios e os governos estaduais estruturarem ações emancipatórias, de qualificação profissional, de economia solidária, de geração de renda.

Se a sociedade produz 50 milhões de pobres que nem sequer têm direito à alimentação, o ente Estado, o poder público, seja federal, seja estadual, seja municipal - e é para isso que existe poder público -, tem que ser responsável por acolher essas pessoas, principalmente no que se refere ao direito básico à alimentação, direito sagrado.

Precisamos compatibilizar o direito à renda mínima com ações de suporte, as chamadas constitucionalidades, como a presença do aluno na escola, o combate à evasão escolar, o cartão de vacinação, o acompanhamento do pré-natal da gestante, etc.

E quem deve fazer isso? O Estado, Deputada Jô Moraes, é omissa. Já denunciemos aqui que ele cancelou 21 mil bolsas-escolas do programa Bolsa-Escola Familiar, em 51 Municípios do Vale do Jequitinhonha. Trouxemos documentos para provar nossa denúncia, e o Estado voltou atrás: passou as famílias para o governo federal. O governo, então, poderia pegar os recursos que gastava com o programa e continuar aplicando na região, em ações de inclusão produtiva, de geração de renda, para que as famílias recebessem a renda federal e também tivessem oportunidade de trabalho, qualificação profissional, microcrédito, economia solidária. Essa é a lógica.

O Ministério, comandado pelo Ministro Patrus, assinou recentemente um convênio com a PUC para criar incubadoras populares para as famílias assistidas pelo Bolsa-Família em Contagem e em Belo Horizonte. Portanto o Estado pode - e deve - aplicar recursos em ações de inclusão produtiva.

Além disso, temos que co-financiar o pagamento dos benefícios eventuais, auxílio natalidade e auxílio funeral, elaborar e executar política de recursos humanos com a implantação de carreira específica.

Apoio técnico aos Municípios na estruturação e implantação dos sistemas municipais. O Estado tem um leque de possibilidades para agir na área da assistência social. Depois da Constituição de 1988, logicamente os Municípios foram fortalecidos. Houve um nível de descentralização das políticas públicas, e isso é positivo desde que a descentralização administrativa seja conjugada com o controle social e a participação popular. O Estado, porém, não pode renunciar às suas atribuições básicas de coordenação e de ação regional.

O Estado de Minas não desenvolve ações para o combate às desigualdades sociais. Já disse aqui que, para cada R\$3,00 aplicados pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, R\$2,00 são transferidos do governo federal. São projetos tópicos, dirigidos a grupos específicos. Não se tem um projeto construído para combater a desigualdade regional e promover o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda para essas regiões.

O Estado de Minas Gerais poderia, sim, assumir suas tarefas de coordenação. Qual a ação estruturante do Estado no combate à violência e à exploração sexual? Qual a ação estruturante do Estado no combate e na erradicação do trabalho infantil? Qual a participação do Estado no atendimento aos idosos e deficientes, tão bem lembrados, neste ano, pelo tema da Campanha da Fraternidade?

Não me canso de dizer isso, pois sou militante da área da assistência social e acho que os recursos públicos devem ser usados onde a vida humana é mais agredida, porque acho ridículo o Estado investir apenas 0,2% de seu orçamento em assistência social, porque é inadmissível o governo do Estado aplicar menos em assistência do que a Prefeitura de Belo Horizonte, porque acho que o governo federal está fazendo a sua parte ao aplicar praticamente R\$2.000.000.000,00 por ano em Minas Gerais, apesar de não haver a devida contrapartida do Estado.

Registro que a Assembléia fez a sua parte por meio das emendas da Comissão de Participação Popular, onde conseguimos, com um trabalho coletivo, aprovar praticamente R\$4.675.000,00 a mais para o Projeto Estruturador nº 31 de inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Este Projeto foi resultado de emenda popular. Não estava previsto no projeto do plano plurianual encaminhado a esta Assembléia.

Fazemos a nossa parte por meio das emendas que apresentamos ao Orçamento, mas Minas Gerais precisa de um choque social. Não adianta governar sem dirigir as ações para os setores mais vulneráveis. Precisamos disso. Conversava com o Pe. João a respeito desse assunto. No ano passado, o projeto prioritário de combate à fome no Estado, o Minas sem Fome, aplicou R\$160.000,00. Imaginem só um projeto prioritário num Estado do tamanho de Minas Gerais.

O conjunto de recursos previstos era de R\$51.000.000,00. A previsão era que o Estado participasse com R\$1.000.000,00, e os outros R\$50.000.000,00 seriam de responsabilidade do governo federal. Finalizo defendendo que o Sistema Único de Assistência Social seja implementado com a participação de todos os entes federados: a União, os Estados e os Municípios. Em Minas Gerais - não estou fazendo exercício de retórica -, também nos governos anteriores, aplicava-se pouco em assistência social. É uma tendência do Estado não aplicar o que deve na política pública de assistência. Porém, chegou a hora de inverter essa situação. Minas precisa, com urgência, de um choque social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputados, público presente, estudantes da Fumec que nos honram com a sua presença, telespectadores da TV Assembléia, tenho que me desculpar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, à qual pertenço. Tivemos três reuniões, pelo menos uma delas fora da Assembléia. Hoje, não pude participar da audiência, porque acompanhava uma conferência regional de esportes, na região central de Minas Gerais.

Hoje trataria do tema conferência do esporte, de toda discussão travada e das reclamações que tenho colhido com relação ao esporte. E agora o governo federal, novamente, convoca os Estados e Municípios para discutirem a questão do esporte e criar um Sistema Único do Esporte, como já existe o SUS e o Suas. O governo federal não tem autoridade para mandar o povo discutir a respeito desse assunto, porque falhou com o esporte deste país ao não repassar nenhum centavo para o programa Segundo Tempo. Ele deveria ter repassado para Minas Gerais, conforme dados do Ciaf, R\$5.682.000,00 para atender 230 Municípios de Minas Gerais no programa ampliado de atendimento da escola, um programa de esporte e alimentação. Em 2005, os adolescentes de Minas Gerais não receberam nenhum centavo. Algumas Prefeituras levaram adiante. O Estado precisou entrar com investimento, mas, dos R\$5.000.000,00 previstos, apenas 18% foram repassados.

Queria tratar desse assunto, mas fui atingido nesta tarde, pois fui eu, como Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais, que tratei com o governo federal a questão das bolsas-escola do Vale do Jequitinhonha. Discuti com o Secretário Executivo do Ministério da Assistência Social naquele tempo. Assistência social é tão importante para o governo federal que, naquele tempo, era Ministério da Assistência Social e, hoje, tem outro nome. Naquele tempo, tratei desse tema com o Secretário Executivo Ricardo Henrique. Tenho documentos que comprovam o que ele me disse no dia 23 de outubro de 2003: que o governo federal unificaria as bolsas; que não haveria mais vale-alimentação, mas apenas uma bolsa que seria o grande carro chefe, e que fariam uma grande propaganda neste país de uma bolsa apenas. Concordamos, mas tínhamos a bolsa-escola no Jequitinhonha.

Então, o Secretário Executivo do Ministério disse que o governo federal ficaria com esse cadastro e que Minas Gerais transferiria os nomes para o governo federal e entraria com outros programas na área da assistência social e de geração de emprego. Esse foi o entendimento.

São outras as informações repassadas agora para o PT, porque mudou o Ministério, mudou o Ministro e mudou o Secretário Executivo. Além disso, a política era outra... Estou falando porque conheço, pois presidi o Fórum de Secretários de Assistência Social do Brasil. O que estou falando colhi dos outros colegas Secretários de Assistência Social do nosso país. O governo tinha a política de abrir escritórios de assistência social em todo Brasil, atropelando o papel do Estado.

Ora, ouvimos a leitura da norma operacional básica do Suas, discutida, mas recente. Não se pode imputar ao Governo de Minas Gerais o preço das mazelas da situação social de Minas e do País. País que escolheu beneficiar os bancos. Aí, sim, precisamos de um choque social. Vamos repetir o que a CNBB disse: o Brasil se transformou no paraíso financeiro, os bancos estão tendo lucros como nunca tiveram na história de nosso país.

Minas Gerais será culpada das mazelas, da situação social do nosso povo? Este governo assumiu o Estado de Minas Gerais com um déficit de 12%; faltavam R\$2.400.000.000,00. Assumimos dessa maneira. Agora, culpar Minas Gerais?

Ressalto que apresentei esse entendimento em nome do governo de Minas Gerais. Estou convencido de que está correto. O governo federal trataria de transferência de renda - está correto - e a acompanharia, e o governo estadual entraria com outros programas complementares. Tínhamos esperança especialmente nos programas de qualificação profissional. Este país tem uma dívida com a população pobre, que não pôde estudar. O que ocorreu neste governo do PT? Por ano, Minas Gerais recebia praticamente R\$40.000.000,00 de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinado à qualificação profissional. São cursos oferecidos aos mineiros e às mineiras pobres que não puderam ir à escola, porque tinham de trabalhar. Então, para qualificá-los, Minas Gerais recebia aproximadamente R\$40.000.000,00 por ano.

A média de repasse deste governo é aproximadamente de R\$4.000.000,00. O FAT, que já distribuiu R\$500.000.000,00 para a qualificação profissional neste país, no governo do PT, distribui uma média de menos de R\$50.000.000,00. E vamos cobrar de Minas Gerais a questão social? Essa resposta tem de ser dada.

Estão aqui apresentadas as obrigações do governo estadual. Creio que o governo de Minas Gerais tem de ter maior atenção em relação à assistência social - essa sempre foi a determinação do Governador Aécio Neves.

O desafio do governo de Minas é imenso. Lembro-me, várias vezes, ao conversar com representantes do governo federal, de perceber que eles não têm a dimensão do que é Minas Gerais com seus 853 Municípios. Muitas vezes querem comparar Minas Gerais ao Espírito Santo, que possui 78 Municípios, ou ao Rio de Janeiro, com 92 Municípios.

Este governo está preocupado com as regiões mais carentes de Minas, por isso um dos programas estruturados do governo de Minas é o de Combate à Pobreza Rural, que está destinando US\$40.000.000,00 para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e para o Norte de Minas, no combate à pobreza.

Foi reaberto o diálogo internacional. A prioridade do governo federal é a transferência de renda. Creio que isso é algo importante para o nosso povo, mas espero que essa medida seja emergencial, não permanente, porque precisamos de qualificação e capacitação para o nosso povo e investimentos para as nossas crianças. A prioridade do governo federal é esse investimento. Já o governo de Minas foi buscar recursos internacionais para investir na melhoria de vida dos cidadãos e das cidadãs pobres das regiões mais carentes de Minas Gerais.

Falar que Minas Gerais não investe no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes? Onde está o governo federal? Vinte e cinco por cento da malha rodoviária federal está em Minas Gerais, e essa exploração ocorre nos grandes entroncamentos rodoviários; temos o mapa. Onde está o responsável? Onde está a Polícia Rodoviária Federal? Recentemente, realizou-se um concurso, e 300 policiais federais foram para o Rio de Janeiro e 100 vieram para Minas Gerais. Olhem o tamanho do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais. Esse governo federal não planejou.

Apesar de termos recebido essa crítica, não a aceitamos. Retrucamos, porque Minas Gerais tem investido no social. Comparar as responsabilidades do Município e do governo federal com a assistência social prestada pelo governo do Estado, com todo o respeito, não é a realidade. As famílias, os vulnerabilizados, estão no Município. Tem de haver atenção do assistente social no Município. O governo do Estado tem de apoiar, financiar, fiscalizar, co-financiar, como fez, investindo recursos no Fundo Estadual de Assistência Social para a política do migrante. O governo tem feito isso.

O Brasil precisa mudar, precisa de um novo pacto federativo. Praticamente 70% dos recursos ficam com o governo federal. Como cobrar tudo do governo do Estado, que entregou ontem duas penitenciárias, com recursos próprios, sem aporte do governo federal? Como impor mais aos Estados? Estou fazendo um levantamento de tudo o que se arrecada para o governo federal em Minas Gerais. Quero demonstrar o volume que volta ao nosso Estado. Sr. Presidente, por isso o Brasil precisa de um choque social. Precisamos tirar um pouco do que os banqueiros ganham neste país, do que o governo federal tem dado a eles, e dá-lo à nossa carente população, que ainda não recebeu a devida atenção. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/3/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando Isabella Braga Teixeira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Maria Iracema Faustino Damasceno para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Lidiane Teodoro Borba do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Rosângela Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marciluce Soares Marinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marina Andrade Shikama para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2006

Objeto: aquisição de 20 sistemas de recepção de sinais de televisão via satélite - banda C.

Licitante vencedor: Cláudio Martins de Oliveira Júnior.

Belo Horizonte, 14 de março de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Alpinópolis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Campina Verde. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Manga. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Aparecidense Comunitária de Radiodifusão - AACORA -, do Município de Conceição Aparecida. Objeto: doação de um microcomputador. Licitação: dispensa.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hospital Divinense. Objeto: doação de um microcomputador. Licitação: dispensa.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Sant'Ana, do Município de Barroso. Objeto: afetação patrimonial de um microcomputador. Vigência: a partir da assinatura.

ERRATA

REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/3/2006, na pág. 43, col. 4, no título, onde se lê:

"REUNIÃO ORDINÁRIA", leia-se:

"8ª REUNIÃO ORDINÁRIA".